

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
Total	1.125.427
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	06/04/2020	Dividendo		Ordinária		377,00928

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	12.134.651	9.827.825
1.01	Ativo Circulante	3.837.047	2.013.611
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.045.972	74.323
1.01.02	Aplicações Financeiras	750.406	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	750.406	0
1.01.02.01.03	Título e Valores Mobiliários	750.406	0
1.01.03	Contas a Receber	1.195.356	1.339.776
1.01.03.01	Clientes	1.195.356	1.339.776
1.01.04	Estoques	24.632	24.628
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.027	76.226
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.027	76.226
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	3.933	3.112
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	86.094	73.114
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.678	14.988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	714.976	483.670
1.01.08.03	Outros	714.976	483.670
1.01.08.03.01	Ativo financeiro Setorial	66.473	341.901
1.01.08.03.02	Outros Créditos	182.845	127.603
1.01.08.03.03	Derivativos	465.658	14.166
1.02	Ativo Não Circulante	8.297.604	7.814.214
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.260.424	4.740.146
1.02.01.04	Contas a Receber	113.224	127.151
1.02.01.04.01	Clientes	113.224	127.151
1.02.01.07	Tributos Diferidos	225.455	418.747
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	225.455	418.747
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.921.745	4.194.248
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	119.428	117.494
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	89.536	88.691
1.02.01.10.05	Ativo financeiro Setorial	36.460	0
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	4.115.050	3.801.382
1.02.01.10.07	Outros Créditos	329	672
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	558.377	183.444
1.02.04	Intangível	3.037.180	3.074.068
1.02.04.01	Intangíveis	3.037.180	3.074.068
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.559.080	2.628.911
1.02.04.01.03	Ativo contratual	478.100	445.157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	12.134.651	9.827.825
2.01	Passivo Circulante	3.509.282	1.597.155
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.952	32.248
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.952	32.248
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	33.952	32.206
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	0	42
2.01.02	Fornecedores	692.100	783.901
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	692.100	783.901
2.01.03	Obrigações Fiscais	274.036	184.456
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	212.237	103.958
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	27.452
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	34.114	9.715
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	157.809	44.929
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	4.706	9.323
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	15.608	12.539
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	61.799	80.498
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	61.799	80.498
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.779.416	259.247
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.641.934	242.854
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	147.664	128.741
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.494.270	114.113
2.01.04.02	Debêntures	137.482	16.393
2.01.05	Outras Obrigações	729.778	337.303
2.01.05.02	Outros	729.778	337.303
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	424.296	0
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	830	59.087
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	304.652	278.216
2.02	Passivo Não Circulante	4.747.566	4.280.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.119.268	3.582.543
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.872.731	2.202.148
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.148.859	695.730
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.723.872	1.506.418
2.02.01.02	Debêntures	1.246.537	1.380.395
2.02.02	Outras Obrigações	431.976	493.463
2.02.02.02	Outros	431.976	493.463
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	160.262	177.506
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	0	1.119
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	116.961	166.471
2.02.02.02.08	Fornecedor	154.753	148.247
2.02.02.02.09	Derivativos	0	120
2.02.04	Provisões	196.322	204.044
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	192.918	191.019
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.742	25.747
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	87.056	84.546
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	80.120	80.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.02	Outras Provisões	3.404	13.025
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	3.034	12.656
2.02.04.02.05	Outros	370	369
2.03	Patrimônio Líquido	3.877.803	3.950.620
2.03.01	Capital Social Realizado	2.820.677	2.809.820
2.03.02	Reservas de Capital	184.819	195.676
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	195.676
2.03.04	Reservas de Lucros	660.294	1.084.590
2.03.04.01	Reserva Legal	151.569	151.569
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	424.296
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	450.356	450.356
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	310.486	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-98.473	-139.466

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.684.001	3.756.971	1.905.019	3.909.596
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.423.047	-2.989.386	-1.507.727	-3.074.652
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.004.795	-2.183.917	-1.134.191	-2.383.482
3.02.02	Custo de Operação	-174.823	-342.474	-161.295	-316.310
3.02.03	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-243.429	-462.995	-212.241	-374.860
3.03	Resultado Bruto	260.954	767.585	397.292	834.944
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-165.051	-330.147	-164.969	-310.668
3.04.01	Despesas com Vendas	-72.899	-136.616	-59.312	-120.622
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-62.542	-126.848	-67.925	-131.357
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.610	-66.683	-37.732	-58.689
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	95.903	437.438	232.323	524.276
3.06	Resultado Financeiro	-16.483	45.942	-34.345	-61.939
3.06.01	Receitas Financeiras	30.212	159.607	44.329	86.972
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.695	-113.665	-78.674	-148.911
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	79.420	483.380	197.978	462.337
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.792	-172.894	-71.447	-166.020
3.08.01	Corrente	0	0	-43.568	-92.048
3.08.02	Diferido	-29.792	-172.894	-27.879	-73.972
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	49.628	310.486	126.531	296.317
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	49.628	310.486	126.531	296.317
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	44,10000	275,88000	112,43000	263,29000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	49.628	310.486	126.531	296.317
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.078	40.992	-5.066	-4.998
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-1.936	12.163	-1.836	-3.669
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-4.142	28.829	-3.230	-1.329
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.550	351.478	121.465	291.319

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	824.947	735.873
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	769.006	766.432
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	483.380	462.337
6.01.01.02	Amortização	191.690	172.666
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.150	40.104
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, civeis, trabalhista e regulatórios	16.326	20.390
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualização monetárias e cambiais	-23.518	34.118
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	7.287	5.012
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	39.691	31.805
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	164.569	129.483
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	104.214	33.918
6.01.02.02	Tributos a compensar	-14.382	-9.913
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-441	3.093
6.01.02.05	Ativo Fiançeiro Setorial	254.077	31.332
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	-22.750	27.151
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	-78.549	31.348
6.01.02.09	Fornecedores	-85.295	104.441
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-6.863	-4.812
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	-15.218	-36.622
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	117.247	-24.098
6.01.02.14	Txas Regulamentares	-58.257	2.891
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-32.417	-42.130
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	-57.540	17.948
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	60.743	-5.064
6.01.03	Outros	-108.628	-160.042
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-27.931	-72.567
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-80.697	-87.475
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.195.457	-366.640
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-749.684	7.005
6.02.03	Adições do intangível	-375	0
6.02.04	Adições de ativo contratual	-445.398	-373.645
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.342.159	-344.310
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-132.440	-930.610
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	1.448.326	792.193
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	26.273	-12.467
6.03.04	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	0	-121.107
6.03.05	Operações de mútuo com a controladora	0	-72.319
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	971.649	24.923
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.323	245.073
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.045.972	269.996

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.857	-10.857	-424.296	0	0	-424.296
5.04.01	Aumentos de Capital	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-424.296	0	0	-424.296
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	310.486	40.993	351.479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	310.486	0	310.486
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.993	40.993
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	12.164	12.164
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	28.829	28.829
5.07	Saldos Finais	2.820.677	184.819	660.294	310.486	-98.473	3.877.803

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.714	-21.714	-155.688	0	0	-155.688
5.04.01	Aumentos de Capital	21.714	-21.714	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-155.688	0	0	-155.688
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	296.317	-4.997	291.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	296.317	0	296.317
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.997	-4.997
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-1.329	-1.329
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-3.668	-3.668
5.07	Saldos Finais	2.809.820	195.676	629.094	296.317	-67.999	3.862.908

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	6.070.117	6.347.325
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.661.632	6.012.717
7.01.02	Outras Receitas	462.635	374.712
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	462.635	374.712
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-54.150	-40.104
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.129.797	-3.243.130
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.417.353	-2.620.438
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-596.557	-507.330
7.02.04	Outros	-115.887	-115.362
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.940.320	3.104.195
7.04	Retenções	-192.526	-173.494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-166.476	-147.444
7.04.02	Outras	-26.050	-26.050
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-26.050	-26.050
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.747.794	2.930.701
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	164.171	92.928
7.06.02	Receitas Financeiras	164.171	92.928
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.911.965	3.023.629
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.911.965	3.023.629
7.08.01	Pessoal	160.126	156.186
7.08.01.01	Remuneração Direta	90.671	92.629
7.08.01.02	Benefícios	63.369	57.018
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.086	6.539
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.305.869	2.406.179
7.08.02.01	Federais	948.127	1.083.612
7.08.02.02	Estaduais	1.357.150	1.321.828
7.08.02.03	Municipais	592	739
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	135.484	164.947
7.08.03.01	Juros	118.967	153.133
7.08.03.02	Aluguéis	16.517	11.814
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	310.486	296.317
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	310.486	296.317

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2020	2019	%	2020	2019	%
Receita operacional bruta	2.784.821	3.128.620	-11,0%	6.124.267	6.387.429	-4,1%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.004.264	2.175.342	-7,9%	4.689.654	4.696.089	-0,1%
Suprimento de energia elétrica	148.085	230.770	-35,8%	288.773	417.143	-30,8%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	243.239	212.146	14,7%	462.635	374.712	23,5%
Outras receitas operacionais	397.408	457.483	-13,1%	922.064	894.195	3,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	(8.175)	52.880	-115,5%	(238.859)	5.290	-4615,4%
Deduções da receita operacional	(1.100.820)	(1.223.601)	-10,0%	(2.367.296)	(2.477.833)	-4,5%
Receita operacional líquida	1.684.001	1.905.019	-11,6%	3.756.971	3.909.596	-3,9%
Custo com energia elétrica	(1.004.795)	(1.134.191)	-11,4%	(2.183.917)	(2.383.482)	-8,4%
Energia comprada para revenda	(862.044)	(926.153)	-6,9%	(1.847.267)	(2.011.643)	-8,2%
Encargo de uso do sist transm distrib	(142.751)	(208.038)	-31,4%	(336.651)	(371.839)	-9,5%
Custos e despesas operacionais	(583.304)	(538.505)	8,3%	(1.135.615)	(1.001.838)	13,4%
Pessoal	(81.191)	(79.362)	2,3%	(158.569)	(159.344)	-0,5%
Entidade de previdência privada	(3.648)	(2.506)	45,6%	(7.287)	(5.012)	45,4%
Material	(16.253)	(16.694)	-2,6%	(33.853)	(32.388)	4,5%
Serviço de terceiros	(65.975)	(67.792)	-2,7%	(128.134)	(129.521)	-1,1%
Amortização	(96.930)	(86.573)	12,0%	(191.690)	(172.666)	13,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(243.239)	(212.146)	14,7%	(462.635)	(374.712)	23,5%
Outros	(76.068)	(73.430)	3,6%	(153.448)	(128.195)	19,7%
Resultado do serviço	95.902	232.324	-58,7%	437.438	524.276	-16,6%
Resultado financeiro	(16.483)	(34.345)	-52,0%	45.942	(61.939)	-174,2%
Receitas financeiras	30.212	44.329	-31,8%	159.607	86.972	83,5%
Despesas financeiras	(46.695)	(78.674)	-40,6%	(113.665)	(148.911)	-23,7%
Resultado antes dos tributos	79.420	197.978	-59,9%	483.380	462.337	4,6%
Contribuição social	(7.854)	(19.071)	-58,8%	(45.743)	(44.248)	3,4%
Imposto de renda	(21.938)	(52.377)	-58,1%	(127.152)	(121.772)	4,4%
Resultado Líquido do Período	49.628	126.531	-60,8%	310.486	296.317	4,8%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	49.628	126.531	-60,8%	310.486	296.317	4,8%
EBITDA	192.832	318.897	-39,5%	629.128	696.942	-9,7%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 2.784.821 apresentando, redução de 11,0% (R\$ 343.799) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 2.541.582, apresentando redução de 12,9% (R\$ 374.893) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 7,9% (R\$ 171.078), explicado pela: (i) redução de 10,4% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada), impactada principalmente pelos efeitos das medidas restritivas adotados pelas autoridades para contenção da pandemia do coronavírus (COVID-19) compensado pelo (ii) aumento de 2,8% no preço médio no período;
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 35,8% (R\$ 82.685) explicada principalmente por: (i) pela redução de energia elétrica comercializada no curto prazo (operações realizadas na CCEE) em (R\$ 53.694), em função da queda no volume de energia comercializado, associado a redução na tarifa média em função da redução do preço de liquidação de diferenças ('PLD'); (ii) redução em concessionárias e permissionárias em (R\$ 28.991), sendo (R\$ 11.974) pela redução de venda de energia no MVE (Mecanismo de Venda de Excedente de energia elétrica);
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 13,1% (R\$ 60.075), basicamente pelas reduções em: (i) atualização do ativo financeiro da concessão em (R\$ 72.818), decorrente da variação do indexador (IPCA) e; (ii) serviços taxados (R\$ 2.477); compensado pelo

Comentário do Desempenho

aumento em: (iii) receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) (R\$ 11.467); (iv) arrendamentos e alugueis (R\$ 2.438) e (v) subsídios tarifários de baixa renda em (R\$ 1.499); e

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 115,5% (R\$ 61.055), basicamente pela redução do saldo de ativos com destaque em: (i) constituição em custo de energia, ESS e outros itens tarifários (R\$ 94.556); (ii) efeitos do RTA (Reajuste Tarifário Anual) (R\$ 13.294); compensado pelo aumento em: (iii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 46.795).

Quantidade de Energia Vendida

No 2º trimestre de 2020, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de -8,6% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. O fraco desempenho no 2º trimestre, especialmente nas classes comercial, industrial e poder público, é reflexo da crise sanitária mundial causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19). As medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia levaram ao fechamento de comércios e de prédios públicos, além da redução da produção industrial. Com isso, houve um impacto significativo sobre o consumo de energia elétrica no período.

O consumo da classe residencial representa 42,0% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de +4,4% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete os efeitos de temperatura e incremento da quantidade de unidades consumidoras.

A classe comercial, que representa 13,0% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -22,0% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe industrial, que representa 9,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -36,1% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 35,3% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -5,5% no 2º trimestre de 2020 devido a resultados negativos nas classes poder público (queda de -23,2%) e concessionárias (queda de -10,6% causada principalmente pelas reduções em contratos de compra e venda de energia).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de -9,8% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresentou crescimento na classe residencial de +4,4% e queda nas classes comercial de -17,3% e industrial de -21,2%. As demais classes de consumo apresentaram resultado negativo de -5,5%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2020 foram de R\$ 1.100.820, apresentando uma redução de 10,0% (R\$ 122.781) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelas reduções em: (i) redução na quota de CDE em (R\$ 62.474); (ii) redução de ICMS, PIS e COFINS (R\$ 48.876), em função da redução da base de cálculo; (iii) bandeiras tarifárias em (R\$ 9.776) e (iv) programas de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 1.785).

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 1.004.795, redução de 11,4% (R\$ 129.396) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta redução deve-se basicamente a:

Comentário do Desempenho

Energia comprada para revenda: redução de 6,9% (R\$ 64.109) em função de: (i) redução de 10,8% (R\$ 104.669) no volume de energia comprada; compensado: (ii) pelo aumento no preço médio de compra em 4,4% (R\$ 40.560), justificado principalmente na energia de Itaipu em função do aumento do dólar no trimestre e pelo aumento da tarifa a partir de jan/20.

Encargos do uso do sistema de distribuição: redução de 31,4% (R\$ 65.287), impactado principalmente pela redução em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 74.761), basicamente em função do registro no segundo trimestre de 2020 do recurso financeiro do fundo de reserva para minimizar os impactos da Pandemia do coronavírus (COVID-19), cfe. Despacho ANEEL 986/2020, via CCEE (ii) encargos de conexão (R\$ 5.471), compensado parcialmente por: (iii) encargo de energia de reserva (R\$ 8.866) e (iv) créditos de PIS/COFINS (R\$ 6.655).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 583.304 no 2º trimestre de 2020, apresentando um aumento 8,3% (R\$ 44.799) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 340.065, apresentado um aumento de 4,2% (R\$ 13.706), justificado basicamente pelos seguintes itens:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 2º trimestre de 2020 foram de R\$ 243.134, um aumento de 1,4% (R\$ 3.348) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Pessoal:** aumento de 2,3% (R\$ 1.829), basicamente pelo aumento em: (i) PLR (R\$ 3.395); (ii) benefícios (R\$ 1.248); compensado pela redução em: (iii) desligamentos (R\$ 1.868); (iv) horas extras (R\$ 679) e (v) treinamentos (R\$ 310);
- **Entidade de previdência privada:** aumento de 45,6% (R\$ 1.142), basicamente pelos registros dos impactos do laudo atuarial;
- **Serviço de terceiros:** redução de 2,7% (R\$ 1.817), basicamente pela redução em: (i) serviços terceirizados (R\$ 5.166); (ii) manutenção e conservação de edificações (R\$ 724); compensado pelo aumento em: (iii) poda de árvores (R\$ 2.401); (iv) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.253) e (v) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 424);
- **Outros:** aumento de 3,6% (R\$ 2.638), basicamente pelos incrementos com: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 11.207); (ii) arrendamentos e alugueis (R\$ 2.852); (iii) propaganda e publicidade, brindes e patrocínios (R\$ 854); compensado pela redução em: (iv) perda com baixa na desativação de ativos (R\$ 8.213); (v) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$3.714) e (vi) taxa de arrecadação (R\$ 435);

- **Amortização (inclui intangível de concessão)**

A amortização do 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 96.930, aumento de 12,0% (R\$ 10.357) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, basicamente pelo acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR), ocorridas no período.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no 2º trimestre de 2020 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 16.483, redução de 52,0% (R\$ 17.862) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que é explicada basicamente:

- Receitas financeiras:** redução de 31,8% (R\$ 14.117), principalmente pela redução em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 11.762) principalmente pelas variações

Comentário do Desempenho

dos valores justos; (ii) atualização do ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 7.834); (iii) atualização de depósitos judiciais (R\$ 358); compensados parcialmente pelo aumento em: (iv) rendas de aplicações financeiras (R\$ 5.008) e (v) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 904).

- ii. **Despesas financeiras:** redução de 40,6% (R\$ 31.979), principalmente pelas reduções em: (i) encargos de dívida, atualização monetária e cambial da dívida, ajuste a valor justo e derivativos (R\$ 28.605); (ii) atualização monetária de processos contingenciados (R\$ 2.194); (iii) atualização de subsídios concedidos (R\$ 1.738); e (iv) atualização Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Projeto de Eficiência Energética (PEE) (R\$ 610); (v) outras despesas (arrendamento mercantil) (R\$ 469); compensado pelo aumento em: (vi) negociações e parcelamento de débitos (R\$ 1.837).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 29.792, apresentando uma redução de 58,3% (R\$ 41.656) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nas explicações apresentadas, a Companhia apurou no 2º trimestre de 2020 um lucro líquido de R\$ 49.628, uma redução de 60,8% (R\$ 76.903), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 192.832, apresentando uma redução de 39,5% (R\$ 126.065) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.045.972	74.323
Títulos e valores mobiliários	6	750.406	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.195.356	1.339.776
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	3.933	3.112
Outros tributos a compensar	8	86.094	73.114
Derivativos	31	465.658	14.166
Ativo financeiro setorial	9	66.473	341.901
Estoques		24.632	24.628
Outros ativos	12	198.523	142.591
Total do circulante		3.837.046	2.013.611
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	113.224	127.151
Depósitos judiciais	21	119.428	117.494
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	8	89.536	88.691
Ativo financeiro setorial	9	36.460	-
Derivativos	31	558.377	183.444
Créditos fiscais diferidos	10	225.455	418.747
Ativo financeiro da concessão	11	4.115.050	3.801.382
Outros ativos	12	328	672
Ativo contratual	13	478.100	445.157
Intangível	14	2.559.080	2.628.911
Total do não circulante		8.297.604	7.814.214
Total do ativo		12.134.651	9.827.825

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	15	692.100	783.901
Empréstimos e financiamentos	16	1.641.934	242.854
Debêntures	17	137.482	16.393
Entidade de previdência privada	18	-	42
Taxas regulamentares	19	830	59.087
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	-	27.452
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	274.036	157.004
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	424.296	-
Obrigações estimadas com pessoal		33.952	32.206
Outras contas a pagar	22	304.651	278.217
Total do circulante		3.509.282	1.597.156
Não circulante			
Fornecedores	15	154.753	148.247
Empréstimos e financiamentos	16	2.872.731	2.202.148
Debêntures	17	1.246.537	1.380.395
Entidade de previdência privada	18	160.262	177.506
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	196.322	204.044
Derivativos	31	-	120
Passivo financeiro setorial	9	-	1.119
Outras contas a pagar	22	116.961	166.471
Total do não circulante		4.747.566	4.280.050
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		2.820.677	2.809.820
Reserva de capital		184.819	195.676
Reserva legal		151.569	151.569
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		450.356	450.356
Dividendo não distribuído		11.479	11.479
Dividendo		-	424.296
Resultado abrangente acumulado		(98.473)	(139.466)
Lucros acumulados		310.486	-
Total do patrimônio líquido		3.877.803	3.950.620
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.134.651	9.827.825

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.****Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019**

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2020		2019	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	25	1.684.001	3.756.971	1.905.019	3.909.596
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	26	(1.004.795)	(2.183.917)	(1.134.191)	(2.383.482)
Custo com operação	27	(174.823)	(342.474)	(161.295)	(316.310)
Amortização		(73.573)	(146.275)	(68.112)	(135.529)
Outros custos com operação		(101.250)	(196.199)	(93.183)	(180.781)
Custo com serviço prestado a terceiros	27	(243.429)	(462.995)	(212.241)	(374.860)
Lucro operacional bruto		260.954	767.585	397.292	834.944
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(72.899)	(136.615)	(59.312)	(120.622)
Amortização		(1.062)	(2.305)	(680)	(1.344)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(30.979)	(54.150)	(19.771)	(40.104)
Outras despesas com vendas	27	(40.858)	(80.160)	(38.861)	(79.174)
Despesas gerais e administrativas		(62.542)	(126.849)	(67.925)	(131.356)
Amortização		(9.270)	(17.060)	(4.757)	(9.743)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(53.272)	(109.789)	(63.168)	(121.613)
Outras despesas operacionais		(29.610)	(66.682)	(37.732)	(58.688)
Amortização de intangível da concessão		(13.025)	(26.050)	(13.025)	(26.050)
Outras despesas operacionais	27	(16.585)	(40.632)	(24.707)	(32.638)
Resultado do serviço		95.902	437.438	232.324	524.276
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		30.212	159.607	44.329	86.972
Despesas financeiras		(46.695)	(113.665)	(78.674)	(148.911)
		(16.483)	45.942	(34.345)	(61.939)
Lucro antes dos tributos		79.420	483.380	197.978	462.337
Contribuição social	10	(7.854)	(45.743)	(19.071)	(44.248)
Imposto de renda	10	(21.938)	(127.152)	(52.377)	(121.772)
		(29.792)	(172.894)	(71.447)	(166.020)
Lucro líquido do período		49.628	310.486	126.531	296.317
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	44,10	275,88	112,43	263,29

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	49.628	310.486	126.531	296.317
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(1.936)	12.163	(1.836)	(3.669)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	(4.142)	28.829	(3.230)	(1.329)
Resultado abrangente do período	43.550	351.478	121.465	291.319

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.809.820	195.676	151.569	46.890	450.356	11.479	424.296	(139.466)	-	3.950.620
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	310.486	310.486
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	12.163	-	12.163
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	28.829	-	28.829
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital social	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo intermediário - AGE de 06/04/2020 (nota 23)	-	-	-	-	-	-	(424.296)	-	-	(424.296)
Saldo em 30 de junho de 2020	2.820.677	184.819	151.569	46.890	450.356	11.479	-	(98.473)	310.486	3.877.803

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de Junho de 2019
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.788.106	217.390	120.369	46.890	450.356	11.479	155.688	(63.002)	-	3.727.276
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	296.317	296.317
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(1.329)	-	(1.329)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(3.669)	-	(3.669)
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital social	21.714	(21.714)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	(155.688)	-	-	(155.688)
Saldo em 30 de junho de 2019	2.809.820	195.676	120.369	46.890	450.356	11.479	-	(67.999)	296.317	3.862.908

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro antes dos tributos	483.380	462.337
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	191.690	172.666
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.326	20.390
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.150	40.104
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(23.518)	34.118
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	7.287	5.012
Perda (ganho) na baixa de não circulante	39.691	31.805
	769.006	766.432
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	104.214	33.918
Tributos a compensar	(14.382)	(9.913)
Depósitos judiciais	(441)	3.093
Ativo financeiro setorial	254.077	31.332
Contas a receber - CDE	(22.750)	27.151
Outros ativos operacionais	(78.549)	31.348
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(85.295)	104.441
Outros tributos e contribuições sociais	117.247	(24.098)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(6.863)	(4.812)
Taxas regulamentares	(58.257)	2.891
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(32.417)	(42.130)
Passivo financeiro setorial	(15.218)	(36.622)
Contas a pagar - CDE	(57.540)	17.948
Outros passivos operacionais	60.743	(5.064)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	933.575	895.915
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(80.697)	(87.475)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.931)	(72.567)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	824.947	735.873
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(750.147)	(202)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	463	7.207
Adições de ativo contratual	(445.398)	(373.645)
Adições de Intangível	(375)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(1.195.457)	(366.640)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	1.448.326	792.193
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(132.440)	(930.610)
Liquidação de operações com derivativos	26.273	(12.467)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(121.107)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(72.319)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	1.342.159	(344.310)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	971.649	24.923
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	74.323	245.073
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.045.972	269.996

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
1 - Receita	6.070.117	6.347.325
1.1 Receita de venda de energia e serviços	5.661.632	6.012.717
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	462.635	374.712
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.150)	(40.104)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.129.797)	(3.243.130)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.417.353)	(2.620.438)
2.2 Material	(262.861)	(229.822)
2.3 Serviços de terceiros	(333.696)	(277.508)
2.4 Outros	(115.888)	(115.362)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.940.320	3.104.195
4 - Retenções	(192.526)	(173.493)
4.1 Amortização	(166.476)	(147.444)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(26.050)	(26.050)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.747.794	2.930.702
6 - Valor adicionado recebido em transferência	164.171	92.928
6.1 Receitas financeiras	164.171	92.928
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.911.965	3.023.629
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	160.126	156.186
8.1.1 Remuneração direta	90.671	92.629
8.1.2 Benefícios	63.369	57.018
8.1.3 F.G.T.S	6.086	6.539
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.305.869	2.406.179
8.2.1 Federais	948.127	1.083.612
8.2.2 Estaduais	1.357.150	1.321.828
8.2.3 Municipais	592	739
8.3 Remuneração de capital de terceiros	135.484	164.947
8.3.1 Juros	118.967	153.133
8.3.2 Aluguéis	16.518	11.814
8.4 Remuneração de capital próprio	310.486	296.317
8.4.1 Lucros retidos	310.486	296.317
	2.911.965	3.023.629

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 2,9 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;

Notas Explicativas

- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. A expectativa inicial da Administração é que tais renegociações sejam direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL). A expectativa da Administração é que a maior parte deste impacto seja temporal, até que a política de cortes seja reestabelecida e/ou novas eventuais ações de subsídios governamentais sejam implementadas.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de Covid 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratará operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e posteriormente repassar às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores a serem homologados pela ANEEL. O pagamento dos

Notas Explicativas

recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Tais valores foram homologados pela ANEEL, conforme nota 33 - Fatos Relevantes e Eventos Subsequentes e serão repassados à Companhia pela CCEE após a contratação da operação junto às instituições financeiras, no prazo máximo até janeiro de 2021.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas informações contábeis intermediárias estão na Parcela A, na Parcela B e PDD.

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2020 dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação onde eventuais ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas, destacando ainda que nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, após Consulta Pública a ser instaurada em até sessenta dias da data de publicação da referida norma, regulará referida recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica.

Considerando os impactos relacionados à queda da receita em função da retração do mercado consumidor e à redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência, a serem percebidos ao menos entre abril e dezembro de 2020, a Companhia permanece avaliando a necessidade de eventual pleito de recomposição para tais impactos, bem como acompanha, em paralelo, as discussões sobre a definição dessa regulação específica a ser estabelecida pela ANEEL após a citada Consulta Pública. Os eventuais impactos serão mensurados conforme o andamento da consulta pública e concluídos após a definição da metodologia pela ANEEL.

Notas Explicativas

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 10 de agosto de 2020.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis, base negativa, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);

Notas Explicativas

- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Natureza e efeito das mudanças: instrumentos financeiros – passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento e podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado. Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo (incluindo os efeitos das alterações no risco de crédito) no resultado. Vide nota explicativa 16.

Notas Explicativas

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2020	31/12/2019
Saldos bancários	44.380	73.932
Aplicações financeiras	1.001.592	391
Título de crédito privado (a)	1.001.592	391
Total	1.045.972	74.323

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 1.001.592 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2019), (ii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 357 em 31 de dezembro de 2019, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 97,54% do CDI (100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	30/06/2020	31/12/2019
Aplicação direta	750.406	-
Total	750.406	-

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos		Vencidos		Total	
	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	30/06/2020	31/12/2019	
Circulante						
Classes de consumidores						
Residencial	254.584	165.461	32.714	452.759	490.319	
Industrial	39.122	18.599	18.760	76.481	100.360	
Comercial	68.748	24.812	20.562	114.121	161.200	
Rural	45.236	19.265	12.964	77.465	91.471	
Poder público	17.819	7.878	7.385	33.082	41.571	
Iluminação pública	16.222	772	3.040	20.034	21.635	
Serviço público	25.656	301	4	25.961	28.403	
Faturado	467.387	237.088	95.429	799.903	934.959	
Não faturado	361.219	-	-	361.219	392.699	
Parcelamento de débito de consumidores	56.536	11.141	11.537	79.214	59.511	
Operações realizadas na CCEE	25.768	-	-	25.768	5.972	
Concessionárias, permissionárias e outros	21.623	-	-	21.623	25.095	
	932.533	248.229	106.966	1.287.727	1.418.236	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(92.369)	(78.461)	
Total				1.195.356	1.339.776	
Não circulante						
Precatórios	62.919	-	-	62.919	64.227	
Parcelamento de débito de consumidores	50.305	-	-	50.305	62.924	
Total	113.224	-	-	113.224	127.151	

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2019	(78.461)	(17.022)	(95.483)
Provisão revertida (constituída) líquida	(71.477)	(17)	(71.494)
Recuperação de receita	17.344	-	17.344
Baixa de contas a receber provisionadas	40.224	-	40.224
Saldo em 30/06/2020	(92.369)	(17.040)	(109.409)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>		
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	90	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.843	3.112
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.933	3.112
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	16.640	7.476
ICMS a compensar	64.903	62.311
Programa de integração social - PIS	800	582
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.695	2.688
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
Outros tributos a compensar	86.094	73.114
Total circulante	90.027	76.226
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	2.565
ICMS a compensar	84.337	83.531
Programa de integração social - PIS	808	801
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.721	3.688
Outros	671	671
Outros tributos a compensar	89.536	88.691
Total não circulante	92.102	91.256

Notas Explicativas

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 30/06/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	197.242	222.786	420.029	(23.616)	(200.896)	2.737	153.580	44.676	198.254
CVA (*)									
CDE (**)	7.837	57.727	65.564	54.941	(58.322)	1.728	(4.626)	68.537	63.910
Custos energia elétrica	(62.948)	130.676	67.728	(323.476)	(107.904)	(4.140)	(67.061)	(300.731)	(367.792)
ESS e EER (***)	(76.102)	(117.332)	(193.434)	(111.024)	114.032	(3.187)	(214)	(193.399)	(193.613)
Proinfa	-	5.838	5.838	(13.673)	(5.280)	(135)	-	(13.251)	(13.251)
Rede básica	46.823	(2.830)	43.993	33.101	629	1.080	7.350	71.453	78.803
Repasse de Itaipu	258.247	211.852	470.099	266.663	(206.336)	7.725	171.535	366.616	538.151
Transporte de Itaipu	9.303	7.833	17.136	6.278	(7.666)	249	2.785	13.212	15.997
Neutralidade dos encargos setoriais	24.232	(13.380)	10.852	580	13.198	(434)	18.487	5.710	24.197
Sobrecontratação	(10.150)	(57.598)	(67.747)	62.994	56.754	(148)	25.324	26.529	51.852
Outros componentes financeiros	(85.126)	5.878	(79.247)	(8.355)	(5.992)	(1.727)	(98.894)	3.572	(95.321)
Total	112.116	228.664	340.782	(31.971)	(206.888)	1.010	54.686	48.248	102.933
Ativo circulante			341.901						66.473
Ativo não circulante			-						36.460
Passivo não circulante			(1.119)						-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos fiscais:

	30/06/2020	31/12/2019
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	112.462	75.955
Benefício fiscal do intangível incorporado	42.687	43.746
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(101.501)	(14.909)
Subtotal	53.649	104.791
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	313.243	210.492
Benefício fiscal do intangível incorporado	140.508	144.878
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(281.944)	(41.414)
Subtotal	171.806	313.956
Total	225.455	418.747

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada

Notas Explicativas

nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2020 e 2019 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.620	48.944	18.333	50.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.322	28.671	9.071	25.196
Programas de P&D e eficiência energética	7.879	21.887	8.090	22.471
Provisão relacionada a pessoal	916	2.545	1.573	4.371
Marcação a Mercado- Derivativos	(8.470)	(23.527)	(4.420)	(12.278)
Marcação a Mercado- Dívidas	1.923	5.341	4.896	13.600
Derivativos	(83.184)	(231.066)	(13.188)	(36.633)
Registro da concessão - ajuste do intangível	2.300	6.390	2.457	6.826
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(58.487)	(162.465)	(55.454)	(154.040)
Perdas atuariais	(1.554)	(4.315)	(127)	(354)
Outros	311	864	1.006	2.794
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente				
Perdas atuariais	15.681	43.559	15.681	43.559
Marcação a Mercado- Derivativos	(500)	(1.390)	(157)	(435)
Marcação a Mercado- Dívidas	(6.258)	(17.382)	(2.670)	(7.417)
Total	(101.501)	(281.944)	(14.909)	(41.414)

10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	CSLL			
	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	79.420	483.380	197.978	462.337
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.173)	(1.173)	(1.044)	(1.044)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.612	23.027	12.795	27.191
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.406	3.016	2.165	3.159
Base de cálculo	87.265	508.250	211.894	491.643
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(7.854)	(45.743)	(19.071)	(44.248)
Corrente	-	-	(11.839)	(24.961)
Diferido	(7.854)	(45.743)	(7.232)	(19.287)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Notas Explicativas

	IRPJ			
	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	79.420	483.380	197.978	462.337
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	11	22	11	22
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.173)	(1.173)	(1.044)	(1.044)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.612	23.027	12.795	27.191
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.884	3.351	(234)	(1.419)
Base de Cálculo	87.754	508.607	209.506	487.087
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(21.938)	(127.152)	(52.377)	(121.772)
Corrente	-	-	(31.730)	(67.086)
Diferido	(21.938)	(127.152)	(20.647)	(54.686)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2019	3.801.382
Transferência - ativo contratual	285.393
Transferência - intangível em serviço	(284)
Ajuste ao valor justo	36.331
Baixas	(7.772)
Saldo em 30/06/2020	4.115.050

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro semestre de 2020, o valor das baixas de R\$ 7.772 (R\$ 5.237 no primeiro semestre de 2019) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 2.632 (R\$ 2.308 no primeiro semestre de 2019) à baixa do ativo de R\$ 5.140 (R\$ 2.929 no primeiro semestre de 2019).

Notas Explicativas**(12) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Adiantamentos - fornecedores	294	33	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	68	69	461
Ordens em curso	73.288	54.133	-	-
Serviços prestados a terceiros	7.080	7.398	-	-
Despesas antecipadas	15.678	14.988	259	212
Contas a receber - CDE (*)	66.210	43.459	-	-
Adiantamentos a funcionários	10.473	5.607	-	-
Outros	42.539	33.927	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(17.040)	(17.022)	-	-
Total	198.523	142.591	328	672

(*) **Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 10.611 (R\$ 5.407 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 55.598 (R\$ 38.052 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 1.

(13) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2019	445.157
Adições	452.391
Transferência - intangível em serviço	(134.054)
Transferência - ativo financeiro	(285.393)
Saldo em 30/06/2020	478.100

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(14) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

	<u>Direito de concessão</u>			Total
	<u>Adquirido em combinações de negócio</u>	<u>Infraestrutura de distribuição - em serviço</u>	<u>Outros ativos intangíveis</u>	
Saldo em 31/12/2019	410.081	2.215.499	3.331	2.628.911
Custo histórico	1.923.048	5.244.727	37.643	7.205.418
Amortização acumulada	(1.512.967)	(3.029.228)	(34.312)	(4.576.507)
Adições	-	-	375	375
Amortização	(26.050)	(166.082)	(393)	(192.525)
Transferência - ativo contratual	-	134.054	-	134.054
Transferência - ativo financeiro	-	284	-	284
Baixa e transferência - outros ativos	-	(12.019)	-	(12.019)
Saldo em 30/06/2020	384.031	2.171.737	3.312	2.559.080
Custo histórico	1.923.048	5.287.398	38.019	7.248.465
Amortização acumulada	(1.539.017)	(3.115.661)	(34.707)	(4.689.385)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) FORNECEDORES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	1.429	724
Suprimento de energia elétrica	495.908	585.071
Encargos de uso da rede elétrica	88.433	79.664
Materiais e serviços	106.330	118.442
Total	692.100	783.901
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	111.926	107.220
Encargos de uso da rede elétrica	42.827	41.026
Total	154.753	148.247

Notas Explicativas**(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	57.451	-	(10.321)	1.060	-	(1.075)	47.114
Pós Fixado							
TJLP	38.075	-	(8.396)	1.217	-	(1.246)	29.649
IPCA	701.300	527.000	(24.298)	26.174	-	(15.938)	1.214.240
Selic	34.696	-	(7.776)	947	-	(401)	27.467
CDI	2.021	-	(2.047)	26	-	-	-
Outros	6.580	-	(6.580)	153	-	(153)	-
Total ao custo	840.122	527.000	(59.418)	29.576	-	(18.813)	1.318.468
Gastos com captação (*)	(15.652)	(7.451)	-	1.156	-	-	(21.947)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.165.647	928.777	(73.022)	34.656	633.716	(26.679)	2.663.095
Euro	455.023	-	-	2.291	161.097	(2.223)	616.186
Marcação a mercado	(138)	-	-	(61.001)	-	-	(61.139)
Total ao valor justo	1.620.532	928.777	(73.022)	(24.054)	794.813	(28.902)	3.218.144
Total	2.445.002	1.448.326	(132.440)	6.678	794.813	(47.715)	4.514.665
Circulante	242.854						1.641.934
Não circulante	2.202.148						2.872.731

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	47.012	56.337	2013 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	Pré fixado 5%		-	944	2013 a 2020	Fiança Bancária
FINAME	Pré fixado 10%		102	170	2015 a 2021	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
			<u>47.114</u>	<u>57.451</u>		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%		27.686	35.599	2014 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	TJLP + 6%		1.963	2.476	2017 a 2022	Fiança Bancária
			<u>29.649</u>	<u>38.075</u>		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	27.467	34.696	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
IPCA						
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%		1.214.240	701.300	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CDI						
Empréstimos bancários	CDI -1,25%		-	2.021	2020	Fiança da CPFL Energia
Outros						
Outros	RGR (6%)		-	6.580	2010 a 2023	Fianças bancárias, recebíveis e notas promissórias
			<u>1.318.468</u>	<u>840.122</u>		
Total moeda nacional						
Gastos com captação (*)			(21.947)	(15.652)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%	(b)	369.002	161.689	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,84% a 3,65%		2.294.093	1.003.958	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<u>2.663.095</u>	<u>1.165.647</u>		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro de 0,79% + 0,80%		616.186	455.023	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<u>(61.139)</u>	<u>(138)</u>		
Total moeda estrangeira			<u>3.218.144</u>	<u>1.620.532</u>		
Total			<u>4.514.665</u>	<u>2.445.002</u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de junho de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 61.139 (ganhos R\$ 138 em 31 de dezembro de 2019), acrescidos dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 56.076 (ganhos R\$ 13.684 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total não realizado de R\$ 117.215 (ganhos R\$ 13.822 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/07/2021	383.361
2022	428.458
2023	455.629
2024	467.203
2025	600.074
2026 a 2027	598.041
Subtotal	2.932.766
Marcação a mercado	(60.036)
Total	2.872.731

Adições no período:

Modalidade	Montantes liberados			Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Total aprovado	em 2020	Líquido dos gastos de captação						
Moeda Estrangeira									
Lei 4131	100.000	100.000	100.000	Semestral	Parcela única em janeiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,64%	USD + 2,64%	CDI + 0,90%
Lei 4131	418.280	418.280	418.280	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
Lei 4131	185.000	185.000	185.000	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,87%	USD + Libor 3M + 0,87%	CDI + 0,83%
Lei 4131	225.497	225.497	225.497	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)	CDI + 0,85%
Moeda Nacional									
IPCA - BNDES	353.019	125.228	123.451	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
IPCA - BNDES	1.132.601	401.772	396.098	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
Total	2.414.396	1.455.777	1.448.326						

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2020, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25; e,
- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA \leq 3,75 vezes.

Índices exigidos na demonstração financeira da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA Ajustado \leq 3,75 vezes; e,
- Dívida Líquida dividida pela (Dívida Líquida + PL) \leq 0,9 vezes.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2020, no entendimento da Administração da

Notas Explicativas

Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2020
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	998.542	18.846	(22.306)	995.083
IPCA	145.901	4.606	(3.898)	146.608
Total ao custo	1.144.443	23.452	(26.204)	1.141.691
Gastos com captação (*)	(7.066)	801	-	(6.265)
Mensuradas ao valor justo				
Pós fixado				
IPCA	234.538	7.859	(6.778)	235.620
Marcação a mercado	24.873	(11.900)	-	12.973
Total ao valor justo	259.411	(4.040)	(6.778)	248.593
Total	1.396.788	20.213	(32.982)	1.384.019
Circulante	16.393			137.482
Não circulante	1.380.395			1.246.537

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>		<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Faixa de vencimento</u>	<u>Garantia</u>
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	De 107% a 114,50% do CDI	(a)	995.083	998.542	2021 a 2023	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,3473%	(b)	146.608	145.901	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			<u>1.141.691</u>	<u>1.144.443</u>		
Gastos com captação (*)			(6.265)	(7.066)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b)	235.620	234.538	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			<u>12.973</u>	<u>24.873</u>		
Total mensuradas ao valor justo			<u>248.593</u>	<u>259.411</u>		
Total			<u>1.384.019</u>	<u>1.396.788</u>		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Taxa efetiva a. a.:

(a) De 107,84% a 109,75% do CDI | CDI + 0,88%

(b) IPCA de + 5,49% a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debentures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debentures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2020 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debentures foram de R\$ 12.973 (perdas R\$ 24.873 em 31 de dezembro de 2019), deduzido dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 43.592 (ganhos R\$ 37.171 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 30.619 (ganho total líquido de R\$ 12.298 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	124.199
2023	440.351
2024	556.185
2025	112.829
Subtotal	1.233.563
Marcação a mercado	12.974
Total	1.246.537

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada ("Fundação CEEE"), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

"Plano 1" (Plano Único da incorporada): Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997.

"Plano 2" (Plano Único da incorporadora): Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

Notas Explicativas

18.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	-	177.506
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(200)	7.487
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(3.729)	(3.102)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(42.872)	(70.055)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	47.658	47.724
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(156)	-
Passivo atuarial líquido em 30/06/2020	701	159.561
Outras contribuições		
Total passivo	701	159.561

No primeiro trimestre de 2020, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2019, especialmente relacionada aos impactos do isolamento social devido ao novo coronavírus (vide nota 1.1), o laudo atuarial foi atualizado para a data-base de 31 de março de 2020 e os respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados, refletindo em 30 de junho de 2020 uma redução no montante de R\$ 17.701.

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Semestre 2020</u>		<u>1º Semestre 2019</u>	
	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Custo do serviço	(59)	998	93	1.176
Juros sobre obrigações atuariais	17.002	24.910	17.171	24.398
Rendimento esperado dos ativos do plano	(17.180)	(18.422)	(18.750)	(20.474)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	38	-	1.398	-
Total da despesa (receita)	(200)	7.487	(88)	5.100

Como decorrência da mudança do cenário macroeconômico, a estimativa de efeito para o resultado de 2020 também foi alterado (vide nota 1.1). A nova estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no restante do exercício de 2020 está apresentada a seguir:

	<u>Estimadas</u>	
	<u>2º Semestre 2020</u>	
	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Custo do serviço	35	875
Juros sobre obrigações atuariais	17.287	25.225
Rendimento esperado dos ativos do plano	(17.418)	(18.707)
Total da despesa (receita)	(96)	7.393

Notas Explicativas

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do balanço foram:

	(Plano 1 e 2)		
	31/03/2020	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,30% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,30% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,97% a.a.	5,97% a.a.	6,13% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	30/06/2020	31/12/2019
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	751	751
Bandeiras tarifárias e outros	79	58.336
Total	830	59.087

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo de 31/12/2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") no primeiro trimestre de 2020.

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/2020	31/12/2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	18.416
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	9.036
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	27.452
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	61.799	80.498
Programa de integração social - PIS	34.114	9.715
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	157.809	44.929
PIS/COFINS parcelamento	4.706	9.323
Outros	15.608	12.539
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	274.036	157.004
Total	274.036	184.456

Notas Explicativas

PIS e COFINS: A Companhia aderiu à prorrogação de vencimento do PIS e da COFINS, para as competências março, abril e maio de 2020, conforme Portarias do Governo Federal nº 139 e 254 de 2020, que deverão ser recolhidos no 2º semestre de 2020.

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	87.056	52.373	84.546	50.645
Cíveis	80.120	28.720	80.726	28.926
Fiscais	25.742	38.334	25.747	37.924
Regulatórios	3.034	-	12.656	-
Outros	370	-	369	-
Total	196.322	119.428	204.044	117.494

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2020
Trabalhistas	84.546	9.301	(4.060)	(7.072)	4.340	87.056
Cíveis	80.726	15.890	(7.490)	(15.690)	6.683	80.120
Fiscais	25.747	194	(557)	-	358	25.742
Regulatórios	12.656	-	-	(9.656)	34	3.034
Outros	369	-	-	-	1	370
Total	204.044	25.385	(12.108)	(32.416)	11.417	196.322

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estavam assim representadas:

	30/06/2020	31/12/2019	Principais causas
Trabalhistas	269.042	250.205	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	879.043	776.381	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.026.083	963.411	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	508.914	648.043	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	50.400	49.522	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.733.482	2.687.561	

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. Considerando a possibilidade de decisões conflitantes, e que é competência da Suprema Corte a decisão sobre matéria constitucional, o STF deferiu a suspensão dos processos que versem sobre a divergência no âmbito da Justiça do Trabalho. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	62.790	35.050	53.585	51.332
Programa de eficiência energética - PEE	103.288	74.630	18.862	42.683
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	67.576	34.856	8.235	35.016
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	19.427	15.905	-	-
Adiantamentos	950	945	243	210
Descontos tarifários - CDE	5.403	62.943	-	-
Folha de pagamento	2.282	2.626	-	-
Participação nos lucros	10.952	15.443	897	1.647
Convênios de arrecadação	25.977	29.605	-	-
Outros	6.006	6.214	35.140	35.584
Total	304.651	278.217	116.961	166.471

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

23.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 06 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2019 sem emissão de novas ações.

23.2 - Distribuição de Dividendo

Na AGO/E de 06 de abril de 2020 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 424.296 e (ii) dividendos intercalares de R\$ 168.500 declarado em agosto de 2019 e imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 (nota 22).

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	49.628	310.486	126.531	296.317
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico e diluído por ações ordinárias - R\$	44,10	275,88	112,43	263,29

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.108.666	2.483.136	1.074.922	2.381.665
Industrial	225.866	494.492	311.510	601.372
Comercial	362.636	877.092	442.044	957.312
Rural	173.750	447.003	161.631	383.411
Poderes públicos	57.400	136.802	71.114	145.134
Iluminação pública	58.764	118.363	58.911	114.501
Serviço público	81.863	168.719	77.241	151.112
Fornecimento faturado	2.068.945	4.725.607	2.197.373	4.734.506
Fornecimento não faturado (líquido)	(64.681)	(35.953)	(22.031)	(38.417)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.058.403)	(2.378.406)	(1.015.309)	(2.188.944)
Fornecimento de energia elétrica	945.861	2.311.248	1.160.033	2.507.145
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	121.123	262.418	150.115	323.084
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(18.455)	(41.872)	(25.583)	(52.682)
Energia elétrica de curto prazo	26.962	26.355	80.655	94.059
Suprimento de energia elétrica	129.630	246.901	205.187	364.461
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.076.858	2.420.278	1.040.891	2.241.626
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	239.261	496.777	227.794	422.747
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(12.478)	(32.966)	(11.645)	(31.211)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	243.239	462.635	212.146	374.712
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	(8.175)	(238.859)	52.880	5.290
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	(26.162)	33.699	46.655	74.639
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	170.212	370.988	168.713	377.766
Outras receitas e rendas	26.575	53.567	25.966	50.254
Outras receitas operacionais	1.709.330	3.566.119	1.763.400	3.515.823
Total da receita operacional bruta	2.784.821	6.124.267	3.128.620	6.387.429
Deduções da receita operacional				
ICMS	(605.313)	(1.355.981)	(625.055)	(1.320.840)
PIS	(42.336)	(92.858)	(47.533)	(98.263)
COFINS	(195.003)	(427.711)	(218.941)	(452.606)
ISS	(79)	(162)	(81)	(172)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(231.266)	(491.277)	(293.739)	(574.621)
Programa de P & D e eficiência energética	(14.794)	(32.936)	(16.579)	(35.290)
PROINFA	(9.441)	(19.473)	(9.612)	(18.269)
Bandeiras tarifárias e outros	(33)	58.211	(9.809)	26.732
Outros	(2.555)	(5.109)	(2.252)	(4.504)
	(1.100.820)	(2.367.296)	(1.223.601)	(2.477.833)
Receita operacional líquida	1.684.001	3.756.971	1.905.019	3.909.596

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Classe de consumidores				
Residencial	1.344	2.948	1.286	2.880
Industrial	309	695	483	939
Comercial	418	1.019	536	1.182
Rural	351	977	343	887
Poderes públicos	68	166	89	184
Iluminação pública	142	284	145	286
Serviço público	119	245	116	235
Fornecimento faturado	2.750	6.334	2.997	6.593
Consumo próprio	2	4	2	3
Fornecimento de energia elétrica	2.751	6.338	2.999	6.596
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	451	967	594	1.206
Energia elétrica de curto prazo	386	383	384	430
Suprimento de energia elétrica	837	1.350	977	1.636

Nº de consumidores	30/06/2020	30/06/2019
Classe de consumidores		
Residencial	2.463.291	2.430.665
Industrial	19.715	20.169
Comercial	175.981	179.113
Rural	250.379	248.892
Poderes públicos	21.693	20.988
Iluminação pública	471	441
Serviço público	3.557	3.483
Consumo Próprio	226	232
Total	2.935.313	2.903.983

25.1 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,68% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 6,09%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), mantém-se no ínterim a aplicação das tarifas atualmente vigentes, publicadas pela REH nº 2.557/2019.

A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional no período, autorizando a Companhia a realizar, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento da cotas mensal da CDE à CCEE para a competência de julho de 2020.

A recomposição financeira ao fundo setorial por parte da Companhia ocorrerá em 5 (cinco) parcelas iguais e mensais a partir da competência de agosto de 2020, corrigidas pela SELIC.

Em 11 de junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.557, relativo ao Reajuste

Notas Explicativas

Tarifário Anual (“RTA”) que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia e da empresa incorporada a partir de 19 de junho de 2019, em 10,05%, sendo 0,05% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores da Companhia é de 1,72% e pelos consumidores da empresa incorporada é de 8,63%.

25.2 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

Os detalhes referentes ao aporte CDE estão divulgados na nota 24.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

No primeiro semestre de 2020, foi registrada receita de R\$ 370.988 (R\$ 377.766 no primeiro semestre de 2019), sendo (i) R\$ 43.246 (R\$ 14.047 no primeiro semestre de 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 303.845 (R\$ 327.371 no primeiro semestre de 2019) referentes descontos tarifários e (iii) R\$ 7 (R\$ 237 no primeiro semestre de 2019) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 23.890 (R\$ 36.111 no primeiro semestre de 2019) de subvenção CCRBT.

25.3 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

Os detalhes referentes a CDE estão divulgados na nota 24.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) n° 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	322.973	611.217	217.723	424.596
PROINFA	22.078	43.507	29.215	59.483
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	602.802	1.370.208	756.135	1.706.487
Crédito de PIS e COFINS	(85.809)	(177.665)	(76.919)	(178.924)
Subtotal	862.044	1.847.267	926.153	2.011.643
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica	140.484	302.408	142.740	287.805
Encargos de transporte de Itaipu	23.252	45.366	21.989	42.902
Encargos de conexão	23.775	46.663	29.246	59.472
Encargos de uso do sistema de distribuição	418	926	-	2
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(69.395)	(63.167)	5.366	(10.341)
Encargos de energia de reserva - EER	38.767	38.767	29.901	29.901
Crédito de PIS e COFINS	(14.550)	(34.313)	(21.205)	(37.901)
Subtotal	142.751	336.651	208.038	371.839
Total	1.004.795	2.183.917	1.134.191	2.383.482

Notas Explicativas

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	860	1.723	863	1.717
PROINFA	83	164	87	170
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.091	7.027	3.575	7.576
Total	4.034	8.914	4.524	9.463

Notas Explicativas

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Pessoal	45.551	45.191	-	-	20.142	19.162	15.498	15.010	-	-	81.191	79.362
Entidade de previdência privada	3.648	2.506	-	-	-	-	-	-	-	-	3.648	2.506
Material	11.388	14.077	84	27	4.314	1.741	467	849	-	-	16.253	16.694
Serviços de terceiros	34.811	27.847	106	68	9.041	10.121	22.017	29.756	-	-	65.975	67.792
Custos com construção da infraestrutura	-	-	243.239	212.146	-	-	-	-	-	-	243.239	212.146
Outros	5.852	3.563	-	-	7.362	7.837	15.290	17.553	16.585	24.707	45.087	53.660
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.205	7.640	-	-	-	-	7.205	7.640
Arrendamentos e aluguéis	5.539	3.143	-	-	-	-	2.438	1.982	-	-	7.977	5.125
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.046	1.192	-	-	2.046	1.192
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	9.060	12.774	-	-	9.060	12.774
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.472	217	-	-	1.472	217
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	16.109	24.322	16.109	24.322
Outros	313	420	-	-	157	197	274	1.388	476	385	1.218	2.391
Total	101.250	93.183	243.429	212.241	40.858	38.861	53.272	63.168	16.585	24.707	455.394	432.160

	1º Semestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Pessoal	87.692	90.989	-	-	39.508	39.233	31.369	29.121	-	-	158.569	159.343
Entidade de previdência privada	7.287	5.012	-	-	-	-	-	-	-	-	7.287	5.012
Material	24.963	28.398	132	48	7.274	3.671	1.484	270	-	-	33.853	32.387
Serviços de terceiros	65.065	50.116	229	100	18.385	20.575	44.456	58.729	-	-	128.135	129.520
Custos com construção da infraestrutura	-	-	462.635	374.712	-	-	-	-	-	-	462.635	374.712
Outros	11.192	6.266	(1)	-	14.993	15.694	32.480	33.493	40.633	32.639	99.297	88.092
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	14.672	15.326	-	-	-	-	14.672	15.326
Arrendamentos e aluguéis	10.549	5.843	-	-	-	-	5.194	3.922	-	-	15.743	9.765
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.844	2.346	-	-	2.844	2.346
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	20.804	24.850	-	-	20.804	24.850
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.705	434	-	-	1.705	434
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	39.691	31.805	39.691	31.805
Outros	643	423	(1)	-	321	368	1.933	1.941	942	834	3.838	3.566
Total	196.199	180.781	462.995	374.860	80.160	79.174	109.789	121.613	40.632	32.638	889.775	789.066

Notas Explicativas**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	2º Trimestre 2020	1º Semestre 2020	2º Trimestre 2019	1º Semestre 2019
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	10.202	15.020	5.194	11.047
Acréscimos e multas moratórias	23.264	47.764	23.078	45.743
Atualização de créditos fiscais	158	602	414	897
Atualização de depósitos judiciais	681	1.492	1.038	2.253
Atualizações monetárias e cambiais	(4.163)	91.363	7.598	10.645
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.308	1.754	403	952
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	(1.530)	1.010	6.304	14.259
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.346)	(4.564)	(3.243)	(5.955)
Outros	2.640	5.165	3.541	7.131
Total	30.212	159.607	44.329	86.972
Despesas				
Encargos de dívidas	(47.949)	(92.662)	(45.333)	(91.327)
Atualizações monetárias e cambiais	3.772	(17.383)	(30.456)	(52.029)
(-) Juros capitalizados	3.469	6.157	2.833	4.885
Outros	(5.987)	(9.778)	(5.718)	(10.441)
Total	(46.695)	(113.665)	(78.674)	(148.911)
Resultado financeiro	(16.483)	45.942	(34.345)	(61.939)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos de ganhos líquidos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 849.000 no primeiro semestre de 2020 (R\$ 34.594 no primeiro semestre de 2019) (nota 31).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 28 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.467 (R\$ 2.749 no primeiro semestre de 2019). Este valor é composto por R\$ 2.362 (R\$ 2.707 no primeiro semestre de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 105 (R\$ 42 no primeiro semestre de 2019) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/12/2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	1.060	38.219	25.176

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	254	267	1.800	1.698	-	-	10.993	8.660
Companhia Piratininga de Força e Luz	99	135	1.443	1.406	-	-	8.108	7.821
Companhia Jaguari de Energia	48	42	92	59	-	-	254	210
CPFL Energia S.A.	12	12	-	-	-	-	(72)	(79)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	59	46	-	-	13	13	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	59	45
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	19
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	377.670	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	46.626	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	17	-	-	2	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	2	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	3	104	2.061	2.497	-	-	949	490
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.626	1.598	-	-	9.224	10.995
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	500	890	-	-	3.124	11.753
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	394	-	-	611	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	588	-	-	-	9.768
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	-	-	497	494	-	-	2.982	-
Nect Ser Adm Financ Ltda	-	-	387	342	-	-	2.093	-
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	-	-	516	435	-	-	2.895	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	36	19	-	-	117	104
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	7	8	-	-	46	45
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	70	102	-	-	1.287	2.371
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	88	101	-	-	485	422
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	257	276	-	-	1.283	1.248
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.138	2.479	-	-	19.379	18.723
CPFL Renováveis - Consolidado	9	-	185	152	55	44	2.068	1.267
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	28	29
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	34	23
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	1.705	630

(*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 33.163 no primeiro semestre de 2020 (R\$ 7.420 no primeiro semestre de 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(30) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota nº 30 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2020	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.045.972	1.045.972
Derivativos	31	(a)	Nível 2	1.024.035	1.024.035
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.115.050	4.115.050
Total				6.185.056	6.185.056
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.296.521	1.296.523
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.218.144	3.218.144
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.135.426	1.088.035
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	248.593	248.593
Total				5.898.683	5.851.295

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 72.900 no 1º semestre de 2020 (uma perda de R\$ 40.304 no 1º semestre de 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2020, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro semestre de 2020 foi ganho de R\$ 36.331 (ganho de R\$ 76.974 no primeiro semestre de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	794.271	794.271	739.964	54.307	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%) ou (1,84% a 3,65%)	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,8% a 0,90%	mai/19 a fev/25	1.911.551
Empréstimos bancários - Lei 4.131	173.050	173.050	171.281	1.768	Euro + de 0,79 a 0,80%	103,5% a 105,8% do CDI	jun/21 a fev/22	444.130
	967.321	967.321	911.245	56.076				
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	56.713	56.713	13.121	43.592	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	219.600
Total	1.024.034	1.024.034	924.367	99.668				
Circulante	465.658							
Não circulante	558.377							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/06/2020
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	146.636	804.004	(26.273)	924.367
Marcação a mercado (*)	50.854	48.814	-	99.668
Total	197.490	852.818	(26.273)	1.024.035

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 48.814 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2020		2019		2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Varição de taxas de juros	220	3.805	2.250	4.214	-	-	-	-
Marcação a mercado	14.134	2.602	11.146	15.850	867	3.820	364	654
Varição cambial	190.510	800.198	(47.515)	(26.685)	-	-	-	-
Marcação a mercado	(23.289)	42.394	40.998	41.215	-	(2)	(49)	(74)
Total	181.576	849.000	6.878	34.594	867	3.818	315	581

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma

Notas Explicativas

medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.614.229)		(32.845)	628.924	1.290.692
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.748.517		34.532	(661.230)	(1.356.992)
	134.288	baixa dolar	1.687	(32.306)	(66.300)
Instrumentos financeiros passivos	(603.913)		(12.640)	141.498	295.637
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	618.608		12.947	(144.941)	(302.830)
	14.695	baixa euro	307	(3.443)	(7.193)
Total	148.983		1.994	(35.749)	(73.493)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			656	(10.119)	(20.895)
Efeitos no resultado do período			1.338	(25.630)	(52.598)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2020 foi de R\$ 5,48 para o dólar e R\$ 6,15 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,54 e R\$ 6,28 e a depreciação cambial de 1,26% e 2,09%, do dólar e do

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.752.067				42.926	53.657	64.388
Instrumentos financeiros passivos	(995.083)				(24.380)	(30.474)	(36.569)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.618.768)				(64.160)	(80.200)	(96.240)
	(1.861.784)	alta CDI	4,59%	2,45%	(45.614)	(57.017)	(68.421)
Instrumentos financeiros passivos	(29.649)				(1.456)	(1.820)	(2.184)
	(29.649)	alta TJLP	5,39%	4,91%	(1.456)	(1.820)	(2.184)
Instrumentos financeiros passivos	(1.609.442)				(46.352)	(34.764)	(23.176)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	275.677				7.939	5.955	3.970
Ativo financeiro da concessão	4.115.050				118.513	88.885	59.257
	2.781.285	baixa IPCA	2,14%	2,88%	80.100	60.076	40.051
Ativos e passivos financeiros setoriais	102.933				2.522	1.891	1.261
Instrumentos financeiros passivos	(27.467)				(673)	(505)	(336)
	75.466	baixa SELIC	4,59%	2,45%	1.849	1.386	925
Total	965.318				34.879	2.625	(29.629)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					916	755	594
Efeitos no resultado do período					33.963	1.870	(30.223)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 24.070.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por muitos saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos meses. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora efetuado o cálculo considerando os saldos vencidos conforme o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros

Notas Explicativas

regulatórios (aging), divididos pela receita e descontados do fator de eficiência de corte de energia. Os parâmetros regulatórios são classificados como segue:

Classe de consumo	Aging
Residencial	90
Comercial e outras receitas	180
Industrial, rural, poder público em geral	360

Após apuração do valor conforme o critério regulatório acima apresentado, o mesmo foi dividido pela receita total faturada da competência relacionada ao *aging* de cada classe de consumo e então deduzido o percentual de eficiência médio dos cortes de energia. O percentual de eficiência foi calculado baseando-se em dados históricos da Companhia, e mostra que há um ganho de eficiência no recebimento dos valores em atraso quando existe a possibilidade de corte de energia, o que, por determinações regulatórias, foram proibidos até 31 de julho de 2020. Dessa forma, a Companhia entende que o efeito de tal proibição dos cortes é temporal e que tende a normalização no momento em que puderem ser aplicados novamente. Assim, a metodologia atual pode ser entendida como:

$$\% PDD \text{ Contabilizada} = \left(\frac{PDD \text{ Regulatória}}{Receita \text{ Faturada}} \right) \times (1 - \text{Eficiência do Corte } \%)$$

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de rating de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019

Notas Explicativas

que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro semestre de 2020, a Companhia possuía um valor de R\$ 6.157 (R\$ 4.885 no primeiro semestre de 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

(33) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Empréstimos e financiamentos – pré-pagamentos

A partir de 1º de julho de 2020 e até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias, foram liquidados antecipadamente R\$ 98.592 de empréstimos, conforme quadro a seguir.

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2020	Faixa de vencimento
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional			
Pré fixado			
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	45.879	2013 a 2024
Selic			
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	26.361	2016 a 2022
Pós fixado - TJLP			
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%	26.352	2014 a 2022
		98.592	

33.2 Conta COVID

Em 24 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.177, a ANEEL fixou os valores da Conta COVID a serem repassados para as concessionárias e permissionárias distribuidoras de energia elétrica, relativo às competências de abril, maio e junho de 2020. O montante fixado para a Companhia foi de R\$ 96.608, em conformidade com o valor declarado anteriormente à ANEEL, e foi recebido integralmente no dia 31 de julho de 2020.

Os valores relativos aos meses posteriores, declarados pela Companhia dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 885/20, totalizando R\$144.811, serão homologados e repassados até Janeiro de 2021, conforme cronograma estabelecido pela Agência reguladora.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

São Leopoldo - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027612/F

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2020.

São Leopoldo, 10 de agosto de 2020.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2020.

São Leopoldo, 10 de agosto de 2020.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade